



GOVERNO MUNICIPAL
SANTO ANTÔNIO DO LESTE

Continuidade do progresso, de mãos dadas com o povo!

Gestão 2021/2024

P.M.S.A.L
FLS Nº
RUB

426
Sf

PARECER JURÍDICO Nº 016/2023

Consultante: Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Assunto: Licitação e Contratos Administrativos

DIREITO ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS. SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS. DECRETO Nº 7.892/2013. ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS. VANTAJOSIDADE ECONÔMICA. VIABILIDADE JURÍDICA. PROCEDÊNCIA.

I – RELATÓRIO

Cuida-se de Processo Administrativo nº 008/2023 – Adesão a Ata de Registro de Preços nº 044/2022 do Pregão Eletrônico nº 044/2022 – Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo/MT, o qual possui como objeto a “Contratação de empresa gerenciadora de cartão para gestão integrada de manutenção preventiva e corretiva englobando peças e serviços dos veículos pertencentes a frota do Município de Santo Antônio do Leste-MT”, conforme solicitação do Prefeito Municipal, Sr. José Arimateia Vieira Alves.

Analisando o processo, tem-se que a justificativa para a referida aquisição baseia-se na necessidade de uma gestão completa da frota municipal, que é utilizada para o deslocamento de funcionários, dirigentes e demais colaboradores, bem como para o transporte de equipamentos, materiais, documentos e pessoas.

A opção pela Adesão à Ata de Registro de Preços se dá em virtude da vantajosidade econômica e processual que tal procedimento dá ao Município, haja vista a agilidade existente na adesão, adotando como critério a menor porcentagem da taxa de administração cobrada da Prefeitura, saindo como vencedora a empresa que apresentar menor taxa cobrada.



GOVERNO MUNICIPAL
SANTO ANTÔNIO DO LESTE

Continuidade do progresso, de mãos dadas com o povo!

Gestão 2021/2024

P.M.S.A.L
FLS N° 427
RUB

II – FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, insta consignar que o presente Parecer Jurídico, embora no caso em apreço possua obrigatoriedade legal na emissão, este possui caráter meramente opinativo, ou seja, não sobrepõe o poder discricionário do Chefe do Poder Executivo, tendo tão somente a finalidade precípua de elucidar, informar, sugerir providências a serem estabelecidas e/ou condutas a serem praticadas pela Administração Pública, como define o nobre doutrinador Helly Lopes Meirelles, *in verbis*:

[...] Pareceres administrativos são manifestações de órgãos técnicos sobre assuntos submetidos à sua consideração. O parecer tem caráter meramente opinativo, não vinculando a Administração ou os particulares à sua motivação ou conclusões, salvo se aprovado por ato subsequente. Já, então, o que subsiste como ato administrativo não é o parecer, mas, sim, o ato de sua aprovação, que poderá revestir a modalidade normativa, ordinatória, negocial ou punitiva. (MEIRELLES, 2010, p. 197).

Cumprido anotar que a Lei nº 8.666/93, em seu artigo 38, parágrafo único, estabelece a imprescindibilidade do parecer jurídico realizado pela assessoria jurídica ou órgão equivalente do contratante, para que este analise a legalidade do procedimento, bem como a minuta dos contratos que serão firmados entre as partes, *in verbis*:

Art. 38. O procedimento da licitação será iniciado com a abertura de processo administrativo, devidamente autuado, protocolado e numerado, contendo a autorização respectiva, a indicação sucinta de seu objeto e do recurso próprio para a despesa, e ao qual serão juntados oportunamente: (...)
Parágrafo único. As minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração.

A adoção do pregão como uma espécie de modalidade licitatória se deu através do advento da Lei Federal nº 10.520/02¹, tendo o Sistema de Registro de Preços – SRP – previsto através do artigo 15 da Lei nº 8.666/93², sendo este regulamentado através do Decreto nº 7.892/2013, onde

¹ Instituí, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências.

² § 1º O registro de preços será precedido de ampla pesquisa de mercado.



GOVERNO MUNICIPAL
SANTO ANTÔNIO DO LESTE

Continuidade do progresso, de mãos dadas com o povo!

Gestão 2021/2024

P.M.S.A.L.
FLS N° 428
RUB

prevê que a ata de registro de preços poderá ser aderida por ente/órgão diverso do órgão participante, desde que comprovada a vantajosidade para tal, conforme o artigo 22 do referido Decreto, *in verbis*:

Art. 22. Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública federal que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador.

§ 1º Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

A adesão à ata de registro de preços, conforme o brilhante doutrinador Jorge Ulisses Jacoby Fernandes, possui como fundamento lógico, a oportunidade de deixar de repetir um processo licitatório oneroso, lento e desgastante, quando já se há registrada uma proposta mais vantajosa para a aquisição de bens ou prestação de serviços que se necessita.

Quando há a adesão de uma ata de registro de preços, o órgão gerenciador já possui as informações necessárias acerca do desempenho da empresa contratada, no que tange a execução do objeto, reduzindo os riscos de uma prestação ineficiente.

Analisando-se o processo administrativo, se vê que a Administração Pública Municipal solicitou a adesão à ata de registro de preços através do ofício nº 003/2023 (destinado à empresa vencedora) e ofício nº 002/2023 (destinado à Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo/MT - gerenciadora), tendo sido esse anuído pelo órgão participante, preenchendo, portanto, os requisitos necessários para a adesão à ata.

Compulsando o processo administrativo *in tela*, se vê que a ata de registro de preços na qual o Município visa a adesão de um item (item 8), sendo este registrado sob o valor de R\$ 5.850.000,00 (cinco milhões, oitocentos e cinquenta mil reais).

§ 2º Os preços registrados serão publicados trimestralmente para orientação da Administração, na imprensa oficial.

§ 3º O sistema de registro de preços será regulamentado por decreto, atendidas as peculiaridades regionais, observadas as seguintes condições:

- I - seleção feita mediante concorrência;
- II - estipulação prévia do sistema de controle e atualização dos preços registrados;
- III - validade do registro não superior a um ano.



GOVERNO MUNICIPAL
SANTO ANTÔNIO DO LESTE

Continuidade do progresso, de mãos dadas com o povo!

Gestão 2021/2024

P.M.S.A.L
FLS Nº
RUB

429
7/11

O Município demonstrou interesse em aderir o importe de R\$ 2.925.000,00 (dois milhões novecentos e vinte e cinco mil reais), estando, portanto, dentro do parâmetro máximo a ser aderido.

Dentre os quesitos a serem analisados encontra-se a demonstração da vantajosidade da contratação por adesão, a qual fora demonstrada através de orçamentos e balizamento público, que tomou como critério de julgamento o orçamento de menor taxa de administração.

Analisando o processo administrativo, se vê que a adesão à presente ata de registro de preços encontra-se mais vantajosa à Administração Pública, uma vez que os valores apresentados restaram inferiores à outras contratações possíveis para tal objeto.

Quanto à minuta da ata de registro de preços, tem-se que esta também encontra-se perfeitamente nas cláusulas necessárias ao contrato administrativos, previstas no artigo 55 da Lei nº 8.666/93:

Art. 55. São cláusulas necessárias em todo contrato as que estabeleçam:

I - o objeto e seus elementos característicos;

II - o regime de execução ou a forma de fornecimento;

III - o preço e as condições de pagamento, os critérios, data-base e periodicidade do reajustamento de preços, os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento;

IV - os prazos de início de etapas de execução, de conclusão, de entrega, de observação e de recebimento definitivo, conforme o caso;

V - o crédito pelo qual correrá a despesa, com a indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica;

VI - as garantias oferecidas para assegurar sua plena execução, quando exigidas;

VII - os direitos e as responsabilidades das partes, as penalidades cabíveis e os valores das multas;

VIII - os casos de rescisão;

IX - o reconhecimento dos direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 desta Lei;

X - as condições de importação, a data e a taxa de câmbio para conversão, quando for o caso;

XI - a vinculação ao edital de licitação ou ao termo que a dispensou ou a inexigiu, ao convite e à proposta do licitante vencedor;

XII - a legislação aplicável à execução do contrato e especialmente aos casos omissos;

XIII - a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

Desta feita, ante o exposto, este Procurador Jurídico signatário opina favoravelmente ao prosseguimento do Processo Administrativo nº 008/2023 – Adesão à Ata de



GOVERNO MUNICIPAL
SANTO ANTÔNIO DO LESTE

Continuidade do progresso, de mãos dadas com o povo!

Gestão 2021/2024

P.M.S.A.L
FLS Nº 420
RUB 31

Registro de Preços nº 044/2022 do Pregão Eletrônico nº 044/2021 – PREFEITURA MUNICIPAL
DE PEIXOTO DE AZEVEDO/MT

É o parecer.

Santo Antônio do Leste – MT, 09 de março de 2023.

MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO LESTE:04217362000190
Assinado de forma digital por MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO LESTE:04217362000190
Dados: 2023.03.10 08:01:54 -04'00'

MURILO HEITOR REZENDE PEREIRA
PROCURADOR JURÍDICO
OAB/MT nº 25.674/O

